

Eólica Pedra do Reino S.A.

Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2023

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	1
Balanço patrimonial.....	4
Demonstração do resultado	5
Demonstração do resultado abrangente.....	6
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	7
Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras	9

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Acionistas e Diretores da
Eólica Pedra do Reino S.A.
Lagoa Nova – RN

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Eólica Pedra do Reino S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fortaleza (CE), 04 de março de 2024.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC CE-001042/F

A handwritten signature in blue ink, appearing to be 'Thiago Alexandre de Souza Silva', written over a grid of lines.

Thiago Alexandre de Souza Silva
Contador CRC-PE021265/O

Eólica Pedra do Reino S.A.**Balço patrimonial**

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

Ativo	Notas	2023	2022	Passivo	Notas	2023	2022
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5.a	697	760	Fornecedores	9	7.156	5.303
Contas a receber	6	5.715	4.126	Financiamentos	10	5.691	5.426
Adiantamento a fornecedores		239	93	Tributos a recolher	11	484	662
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		860	464	Imposto de renda e contribuição social a recolher		892	540
Despesas pagas antecipadamente		323	366	Obrigações sociais e trabalhistas		377	389
Estoques		301	205	Dividendos a pagar	21	6.806	3.269
Outras contas a receber		22	45	Arrendamentos	7	20	18
				Outras contas a pagar	13	3.096	18.028
Total do ativo circulante		8.157	6.059	Total do passivo circulante		24.522	33.635
Não circulante				Não circulante			
Contas a receber	6	9.214	8.919	Financiamentos	10	46.098	51.316
Fundos vinculados	5.b	28.906	36.707	Tributos a recolher	11	982	1.165
Total do realizável a longo prazo		38.120	45.626	Provisão para desmobilização	12	8.609	3.633
Direito de uso	7	8.909	4.467	Arrendamentos	7	1.972	1.991
Imobilizado	8	78.108	82.518	Total do passivo não circulante		57.661	58.105
Total do ativo não circulante		125.137	132.611	Total do passivo		82.183	91.740
				Patrimônio líquido			
Total do ativo		133.294	138.670	Capital social	14.a	34.896	22.260
				Reservas de lucros	14.c e 14.d	16.215	24.670
				Total do patrimônio líquido		51.111	46.930
				Total do passivo e patrimônio líquido		133.294	138.670

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Eólica Pedra do Reino S.A.**Demonstração do resultado**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Notas	2023	2022
Receita operacional líquida	15	31.581	29.118
Custos de operação	16	(13.806)	(12.481)
Lucro bruto		17.775	16.637
Despesas gerais e administrativas	17	(756)	(1.213)
Outras receitas e despesas operacionais, líquidas		(32)	(1)
Lucro antes das receitas e despesas financeiras		16.987	15.423
Receitas financeiras	18	4.625	3.514
Despesas financeiras	18	(3.703)	(3.199)
		922	315
Lucro antes dos tributos sobre o lucro		17.909	15.738
Imposto de renda e contribuição social correntes	19	(3.017)	(1.973)
Lucro líquido do exercício		14.892	13.765

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Eólica Pedra do Reino S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Lucro líquido do exercício	<u>14.892</u>	<u>13.765</u>
Outros resultado abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	<u><u>14.892</u></u>	<u><u>13.765</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Eólica Pedra do Reino S.A.**Demonstração das mutações do patrimônio líquido**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Reserva de lucros				Lucros acumulados	Total
	Capital social	Reserva legal	Reserva de incentivo fiscal	Reserva de retenção de lucros		
Saldos em 31 de dezembro de 2021	39.948	2.212	1.679	13.748	-	57.587
Redução de capital social	(18.028)	-	-	-	-	(18.028)
Integralização de capital	340	-	-	-	-	340
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	13.765	13.765
Constituição de reserva legal	-	688	-	-	(688)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(3.269)	(3.269)
Dividendos adicionais	-	-	-	(3.465)	-	(3.465)
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	9.808	(9.808)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	22.260	2.900	1.679	20.091	-	46.930
Aumento de capital	12.636	-	-	(9.526)	-	3.110
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	14.892	14.892
Constituição de reserva legal	-	745	-	-	(745)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(3.537)	(3.537)
Dividendos adicionais	-	-	-	(10.284)	-	(10.284)
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	10.610	(10.610)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	34.896	3.645	1.679	10.891	-	51.111

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Eólica Pedra do Reino S.A.**Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Notas	2023	2022
Resultado antes dos tributos		<u>17.909</u>	<u>15.738</u>
Ajustes para reconciliar o resultado do período com recursos provenientes de			
atividades operacionais:			
Juros sobre financiamento	10	2.498	2.544
Custo de captação de financiamentos apropriado ao resultado	10	21	20
Depreciação	8	4.690	5.548
Rendimentos aplicações financeiras	18	(4.625)	(3.063)
Ajuste a valor presente provisão para desmobilização	12	321	265
Amortização de direitos de uso	7	213	153
Juros sobre passivo de arrendamento	7	<u>201</u>	<u>322</u>
Lucro ajustado		<u>21.228</u>	<u>21.527</u>
Redução (aumento) nos ativos:			
Contas a receber	6	(1.884)	(222)
Outras contas a receber		23	(37)
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		(396)	-
Estoques		(96)	52
Adiantamento a fornecedores		(146)	(46)
Despesas pagas antecipadamente		<u>43</u>	<u>211</u>
Aumento (redução) nos passivos:			
Fornecedores	9	1.853	(73)
Obrigações sociais		(12)	181
Tributos a recolher	11	(361)	(974)
Outras contas a pagar		<u>57</u>	<u>1.844</u>
Caixa gerado pelas atividades operacionais		<u>20.309</u>	<u>22.463</u>
Pagamento de juros de financiamentos	10	(2.267)	(2.507)
Pagamento de IR e CS		<u>(2.665)</u>	<u>(1.599)</u>
Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<u>15.377</u>	<u>18.357</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aplicações financeiras	5.b	12.426	(7.278)
Aquisição ao ativo imobilizado	8	<u>(280)</u>	<u>(9)</u>
Fluxo de caixa líquido gerado (aplicado nas) pelas atividades de investimento		<u>12.146</u>	<u>(7.287)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Arrendamentos	7	(218)	(338)
Pagamento de principal de financiamentos	10	(5.205)	(4.977)
Integralização de capital	14.a	3.110	340
Partes relacionadas - Redução de capital	21	(14.989)	-
Pagamento de dividendos	21	<u>(10.284)</u>	<u>(6.148)</u>
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		<u>(27.586)</u>	<u>(11.123)</u>
Redução no caixa e equivalentes		<u>(63)</u>	<u>(53)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5.a	760	813
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	5.a	<u>697</u>	<u>760</u>
Variação no caixa e equivalentes		<u>(63)</u>	<u>(53)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Eólica Pedra do Reino S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

a. Constituição e capacidade produtiva

A Eólica Pedra do Reino S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 25 de janeiro de 2010, estabelecida na Avenida Dr. Silvio Bezerra de Melo, 428, sala 01, centro, município de Lagoa Nova, estado do Rio Grande do Norte.

A Companhia tem por principal objeto social a geração de energia elétrica por meio de geradores eólicos a partir do empreendimento EOL Pedra do Reino, incluindo a implantação e a montagem, bem como a comercialização de energia. Estas atividades são reguladas pela Aneel. A Companhia cujo objeto social é geração de energia elétrica são Produtores Independentes de Energia Elétrica, conforme definido na Lei nº 9.074/95, tendo todas as sociedades autorização do Poder Concedente. A controladora direta da Companhia é a Echoenergia Participações S.A, que detém 100% das suas ações.

A Companhia possui uma central geradora de energia eólica situada no município de Sobradinho no Estado do Rio Grande do Norte, constituída de 10 unidades geradoras de 3,0 MW, totalizando 30,0MW de capacidade instalada.

1.1 Projeto de geração eólica

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui a seguinte autorização outorgada pela ANEEL para exploração de energia eólica:

Projeto Eólico	Resolução Original	Data	Prazo	Capacidade de energia instalada (MW médios)	Garantia física (MW médios)
EOL Pedra do Reino	Port. 594/2010	30/06/2010	35 anos	30	10,84 MW

1.2 Contratos de venda de energia

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui o seguinte contrato de compra e venda de energia de longo prazo, com vencimento em junho de 2032

Empreendimento	Tipo	Energia Contratada	Preço contratado (b)	Índice de reajuste	Mês de reajuste
EOL Pedra do Reino	LER 3/2009 (a)	10,00 MW médios	R\$ 336,07	IPCA	Julho

(a) Leilão de energia de reserva.
(b) Valor em R\$.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira (BR-GAAP) e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas nos Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC, divulgado em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Companhia em 04 de março de 2024.

Eólica Pedra do Reino S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b. Continuidade operacional

As demonstrações financeiras foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que a Companhia conseguirá cumprir suas obrigações de pagamentos decorrentes de passivos financeiros conforme os prazos divulgados na nota explicativa 22.

A Companhia reconheceu lucro líquido de R\$ 14.892 (R\$ 13.765 em 31 de dezembro de 2022) e os passivos circulantes excedem os ativos circulantes em R\$ 16.365 (R\$ 27.576 negativo em 31 de dezembro de 2022), porém apresentando geração de caixa nas atividades operacionais de R\$ 15.377 (R\$ 18.357 em 31 de dezembro de 2022).

O balanço patrimonial apresenta capital circulante líquido negativo, principalmente, pelo fato de a Companhia apresentar em seu passivo de financiamentos valores reconhecidos para todo o prazo dos contratos, e, em contrapartida apresenta-se somente um único mês de recebível decorrente de venda de energia no ativo circulante. Assim sendo, a Administração da Companhia entende que suas operações são suportadas pela geração de caixa dos contratos de longo prazo firmados para fornecimento de energia, adicionado aos montantes colocados em garantia dos financiamentos que podem ser utilizados em situações específicas para pagamento de outras obrigações de curto prazo, representando condições adequadas para cumprir as obrigações.

A Administração concluiu que não existe grau de incerteza sobre a capacidade da Companhia continuar operando e liquidar seus passivos financeiros pelos próximos 360 dias.

c. Base de mensuração

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos por meio de resultado, quando requerido nas normas.

d. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais, foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

e. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação das demonstrações financeiras a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Julgamentos e incertezas sobre premissas e estimativas

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, não há estimativas contábeis que requerem nível de julgamento elevado. As premissas e estimativas significativas para as demonstrações financeiras estão demonstradas nas notas explicativas:

- Contas a receber - perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD) (nota explicativa 6) – principais premissas sobre o risco de inadimplência e as taxas de perdas esperadas.
- Direito de uso e arrendamentos (nota explicativa 7) - estimativa da taxa implícita de desconto utilizada no cálculo do valor presente;
- Imobilizado (nota explicativa 8) – aplicação das vidas úteis definidas e principais premissas em relação aos valores recuperáveis;

Eólica Pedra do Reino S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Provisão para desmobilização de ativos (nota explicativa 12) – reconhecimento e mensuração: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos e taxa de desconto para o cálculo a valor presente.
- Provisões trabalhistas, tributárias e cíveis (nota explicativa 20) – reconhecimento e mensuração: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

Alteração de estimativa - Revisão da vida útil dos ativos imobilizados

No exercício de 2023, a Companhia procedeu à revisão da vida útil dos ativos imobilizados com o objetivo de apresentar a melhor estimativa da recuperabilidade futura dos fluxos operacionais esperada desses ativos. Esse processo foi conduzido por um especialista externo e aprovado pela administração da Companhia. Veja a nota explicativa 8 para detalhes da revisão.

3 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão descritas em suas respectivas notas explicativas. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras.

a. Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

Ativos financeiros não derivativos

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. A Companhia, quando aplicável, reconhece provisões para perdas esperadas de crédito.

A provisão para perdas com contas a receber de clientes é mensurada a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia.

A Companhia considera um ativo financeiro com problemas de recuperação quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma);
- O ativo financeiro estiver vencido há mais de 180 dias;
- Houver quebra de cláusulas contratuais;
- Há a reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- Há a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- Houver o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

A Companhia não tem histórico de inadimplência de seus ativos financeiros e não identificou ativos financeiros com problemas de recuperação. Adicionalmente, com relação às aplicações financeiras, a Companhia aplica em bancos de primeira linha e em aplicações que não apresentam risco significativo de perda em seu valor.

Eólica Pedra do Reino S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Administração avaliou e concluiu que não há qualquer indicativo de que os valores contábeis de seus ativos não financeiros não são recuperáveis, e, portanto, não houve a necessidade de reconhecer provisão para redução ao valor recuperável.

A Companhia não possuiu ativos com vida útil indefinida, incluindo ágio por expectativa de rentabilidade futura.

4 Novas normas e interpretações

A partir de 01 de janeiro de 2024, estarão vigentes os seguintes pronunciamentos, os quais não foram adotados antecipadamente pela Companhia:

Revisão e Normas impactadas	Correlação IASB	Data de aprovação (Brasil)	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
Revisão de Pronunciamento Técnico CPC nº 26 Passivo não circulante com <i>covenants</i> e classificação de passivos como circulante ou não circulante	IAS 1	04/08/2023	01/01/2024	Classificação de passivos como circulante ou não circulante – sem impactos relevantes à Companhia. Em relação aos <i>covenants</i> , a Companhia aderiu as disposições da norma a partir de 01 de janeiro de 2024.
Alteração no Pronunciamento Técnico CPC nº 06 Alteração de passivo de arrendamento em uma venda e leaseback	IFRS 16	04/08/2023	01/01/2024	Não aplicável à Companhia.
Alteração no Pronunciamento Técnico CPC nº 03/40 Alteração de acordos de financiamento de fornecedores ("Risco Sacado")	IAS 7/IFRS 7	02/01/2024	01/01/2024	Não aplicável à Companhias.
Revisão de Pronunciamento Técnico CPC nº 24 Em decorrência das alterações de Reforma Tributária Internacional - Regras Modelo do Pilar Dois e Acordos de Financiamento de Fornecedores, foram realizadas alterações em Pronunciamentos Técnicos CPC 03 (R2) – demonstração dos fluxos de caixa. CPC 32 – tributos sobre o lucro e CPC 40 (R1) – instrumentos financeiros (evidenciação).	IAS 10	01/12/2023	01/01/2024	Não aplicável à Companhia.

Eólica Pedra do Reino S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5 Caixa e equivalentes de caixa e fundos vinculados

Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa e aplicações financeira com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo no momento de sua liquidação e são utilizados pela Companhia na gestão das obrigações de curto prazo.

A determinação da composição de caixa e equivalentes de caixa da Companhia tem como objetivo a manutenção de caixa suficiente que assegure a continuidade dos investimentos e a liquidez de curto e longo prazo, visando à continuidade dos seus negócios.

a. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Saldos de caixa e bancos	646	348
Aplicações financeiras (a)	<u>51</u>	<u>412</u>
Total de caixa e equivalentes de caixa	<u>697</u>	<u>760</u>

(a) Referem-se a aplicações em Fundos de Investimentos Exclusivos, com liquidez imediata e prontamente conversíveis em um montante de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança no valor. Tendo como remuneração 111,11% da taxa (CDI) em 31 de dezembro de 2023 (100,74% em 31 de dezembro de 2022). Adicionalmente, os fundos de investimentos são aplicações em cotas (FIC), não tendo participação relevante e gestão no patrimônio líquido do fundo aplicado, ou seja, sem exceder 10% do patrimônio líquido. Logo, esses investimentos são classificados como equivalentes de caixa, conforme CPC 03 (R2) - Demonstrações de Fluxo de Caixa.

b. Fundos vinculados

Os valores registrados como fundos vinculados representam contas-reserva destinadas à liquidação de dívidas, atendendo às exigências contratuais definidas nos contratos de financiamento firmados com as instituições financeiras credoras. A movimentação dessas contas obedece às características específicas de cada grupo de reserva. Para mais detalhes sobre os contratos de financiamento e a identificação das contrapartes credoras, consultar as notas explicativas 10.

Os fundos vinculados são classificados no ativo circulante e não circulante, baseando-se na expectativa de utilização dos saldos para a liquidação das obrigações de dívida

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Centralizadora (a)	1.891	2.075
Reserva O&M (b)	982	567
Reserva especial (c)	22.831	31.160
Reserva de dívida BNB (d)	1.956	1.774
Reserva de dívida BNDES (e)	<u>1.246</u>	<u>1.131</u>
Total	<u>28.906</u>	<u>36.707</u>

A seguir demonstramos a característica individual de cada conta reserva, bem como sua natureza conforme contratos de financiamento.

(a) Centralizadora: As contas centralizadoras são contas correntes de titularidade da Companhia, porém geridas pelo banco administrador, constituídas exclusivamente para movimentação dos saldos relacionados aos financiamentos e são destinadas ao recebimento total dos direitos cedidos nos contratos de financiamento.

(b) Reserva de O&M: Conta reserva destinada ao pagamento de O&M em caso de insuficiência de caixa, deve conter 1/4 do valor anual do pagamento de O&M.

(c) Reserva especial: Conforme definido pelo contrato de cessão fiduciária de direitos, os saldos de caixa remanescentes nas contas centralizadoras dos projetos após pagamento das obrigações devem ser transferidos para as contas reservas especiais e o saldo poderá ser utilizado somente para pagamento de dividendos aprovados pelos credores.

(d) Reserva da Dívida BNB: Conta reserva destinada ao pagamento da dívida BNB em caso de insuficiência de caixa.

(e) Reserva de dívida BNDES: Conta reserva destinada ao pagamento da dívida BNDES em caso de insuficiência de caixa, deve conter 3 vezes o valor da última parcela paga.

Eólica Pedra do Reino S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6 Contas a receber

As contas a receber são reconhecidas inicialmente pelo seu valor justo e são realizadas posteriormente pelos recebimentos do principal e podem ser reduzidas por perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD).

Os saldos de contas a receber incluem valores gerados nas operações ordinárias e estão segregadas nas naturezas abaixo demonstradas:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Excedente quadrienal em formação (a)	8.856	8.561
Transações Realizadas no ACR (b)	2.460	2.420
Excedente anual em formação (a)	2.814	2.060
Excedente anual formado (a)	816	-
Transações realizadas no MCP (c)	-	4
Outras contas a receber (d)	(17)	-
Total	<u>14.929</u>	<u>13.045</u>
Circulante	5.715	4.126
Não circulante (a)	9.214	8.919

(a) Excedentes formados e em formação: Referem-se aos saldos a receber sobre a geração excedente dos contratos firmados no ambiente regulado, dos quais possuem mecanismos de liquidação e realização específicos de acordo com o leilão relacionado. Os valores apresentados no ativo não circulante compreendem os valores de excedente quadrienal em formação sobre contratos de venda de energia no ambiente regulado (ACR), onde o ciclo de encerramento contratual e consequente recebimento ocorrerá após 12 meses da data base de divulgação

(b) Transações realizadas no ACR (Ambiente de Contratação Regulada): Contratos de venda de energia oriundos dos leilões regulados realizados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, sob delegação da ANEEL, e têm a finalidade de atender às demandas do Ambiente de Contratação Regulada.

(c) Transações MCP: saldo a receber decorre do mecanismo de fechamento de posição energética na CCEE, que ajusta as receitas faturadas mensalmente por meio da garantia física registrada pela Companhia na CCEE à quantidade física efetivamente gerada, podendo representar um valor a receber ou a pagar.

(d) Outras contas a receber: Valores decorrentes de (i) venda de certificados de energia renovável e (ii) contratos firmados com o fornecedor de manutenção dos aerogeradores, onde, cláusulas contratuais estabelecem que, ocorrendo disponibilidade do aerogerador abaixo do índice estipulado em contrato, o fornecedor tem a obrigação de ressarcir a Companhia.

a. Movimentação excedentes a receber

O excedente a receber é resultante de transações que ocorrem em parques eólicos operando exclusivamente no Ambiente de Contratação Regulado (ACR), que participam de leilões na modalidade de disponibilidade. Esta modalidade estabelece, contratualmente, limites para as exposições, tanto positivas quanto negativas, da geração de energia em relação à receita fixada pelo leilão, incluindo a aplicação de bônus ou penalidades conforme as faixas de desvio.

Mensalmente são apurados os valores de exposição das usinas, quando há uma exposição positiva, é reconhecido o valor correspondente de excedente a receber, quando há exposição negativa, constitui-se uma provisão de ressarcimento.

Abaixo a movimentação do contas a receber de excedente, no período:

	<u>2022</u>	<u>Adições</u>	<u>Recebimento</u>	<u>Transferências</u>	<u>Atualização monetária</u>	<u>2023</u>
Excedente formado	-	-	(407)	1.203	20	816
Excedente em formação	10.621	2.252	-	(1.203)	-	11.670
Total do excedente	<u>10.621</u>	<u>2.252</u>	<u>(407)</u>	<u>-</u>	<u>20</u>	<u>12.486</u>
Circulante	1.703					3.273
Não circulante	8.918					9.213

Eólica Pedra do Reino S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2021	Adições	Recebimento	Transferências	2022
Excedente formado	3.245	-	(997)	(2.248)	-
Excedente em formação	7.344	1.348	(319)	2.248	10.621
Total do excedente	10.589	1.348	(1.316)	-	10.621
Circulante	3.851				1.703
Não circulante	6.738				8.918

7 Direito de uso e Arrendamentos

Arrendamentos

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém arrendamento, conforme requerimentos do CPC 06 (R2) - Arrendamentos.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período determinado em troca de contraprestação.

Arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém o componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais.

Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. No caso da Companhia os ativos de direito de uso e seus respectivos passivos de arrendamento se referem as terras onde os parques eólicos encontram-se instalados.

A Companhia adota os seguintes critérios de reconhecimento e mensuração inicial dos ativos e passivos:

- Reconhecimento de passivo de arrendamento mercantil na data da aplicação inicial para arrendamentos anteriormente classificados como arrendamento operacional. A mensuração do passivo de arrendamento mercantil foi realizada ao valor presente dos pagamentos de arrendamento remanescentes, descontados a partir das taxas de juros incrementais de fontes de financiamento dos ativos subjacentes. A taxa nominal de juros incremental estabelecida foi em média de 10,58% a.a.
- Reconhecimento de ativo de direito de uso na data da aplicação inicial para arrendamentos anteriormente classificados como arrendamento operacional. A mensuração do ativo de direito de uso ao valor equivalente ao passivo de arrendamento mercantil, ajustado pelo valor de quaisquer pagamentos de arrendamento antecipados ou acumulados referentes a esse arrendamento que tiver sido reconhecido no balanço patrimonial imediatamente antes da data da aplicação inicial, acrescido da estimativa dos custos a serem incorridos com remoção e desmontagem dos parques nos ativos subjacentes objetos de arrendamento ao final do prazo dos contratos de arrendamento.

O ativo de direito de uso é amortizado linearmente de acordo com a vida útil do respectivo ativo subjacente, o passivo é amortizado de acordo com o pagamento das contraprestações, reconhecendo as respectivas despesas financeiras com base no método da taxa efetiva de juros. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor.

Os ativos de direito de uso são apresentados no ativo não circulante, sendo representados pelos arrendamentos dos parques eólicos, os quais são amortizados de acordo com o prazo contratual remanescente dos contratos de arrendamento. Anualmente, a Companhia remensura os ativos de direito de uso e passivos de arrendamentos para refletir os reajustes nas contraprestações que espera liquidar, caso tais ajustes venham a ocorrer.

A Companhia atua como arrendatárias em contratos de terras onde os parques eólicos encontram-se instalados e tem procedimentos estabelecidos para identificar os contratos de arrendamento que se enquadram no escopo do CPC 06 (R2) – Arrendamentos.

Eólica Pedra do Reino S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os contratos que atendem as características abaixo são excluídos do escopo da norma e o registro contábil é feito mensalmente, reconhecendo o custo do uso do ativo arrendado diretamente no resultado.

- i. curto prazo (com duração inferior a 12 meses);
- ii. ativos de baixo valor;
- iii. parcelas variáveis de pagamentos;
- iv. contratos em que o ativo de arrendamento não pode ser identificado separadamente;
- v. contratos em que a Companhia não tem direito a obter a maioria dos benefícios econômicos do uso do ativo; e
- vi. contratos em que a Companhia não tem controle significativo sobre como o ativo é usado.

Os saldos do direito de uso estão apresentados abaixo:

a. Ativo de direito de uso

	Valor líquido em 2022	Adições (a)	Amortizações	Valor líquido em 2023
Ativo de direito de uso				
Arrendamento parques eólicos	4.467	4.655	(213)	8.909
Total do ativo	4.467	4.655	(213)	8.909

	Valor líquido em 2021	Adições (a)	Amortizações	Valor líquido em 2022
Ativo de direito de uso				
Arrendamento parques eólicos	3.081	1.540	(154)	4.467
Total do ativo	3.081	1.540	(154)	4.467

(a) Valor de adição referente à remensuração da desmobilização conforme ICPC 12 - Mudanças em Passivos por Desativação, Restauração e Outros Passivos Similares, para maiores detalhes, consultar nota explicativa 12.

b. Passivo de arrendamento

Composição dos saldos de passivo de arrendamentos:

	2023	2022
Passivo de arrendamento	1.992	2.009
Total	1.992	2.009
Circulante	20	18
Não circulante	1.972	1.991

A movimentação do passivo de arrendamento está demonstrada abaixo:

	Valor líquido em 2022	Pagamentos	Juros incorridos	Valor líquido em 2023
Passivo de arrendamento				
Arrendamentos parques eólicos	2.009	(218)	201	1.992
Total	2.009	(218)	201	1.992

	Valor líquido em 2021	Pagamentos	Juros incorridos	Valor líquido em 2022
Passivo de arrendamento				
Arrendamentos parques eólicos	2.025	(338)	322	2.009
Total	2.025	(338)	322	2.009

Eólica Pedra do Reino S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8 Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Os ativos imobilizados são registrados ao custo de aquisição, construção ou formação, que inclui os custos de financiamentos capitalizados, deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas de redução ao valor recuperável. Incluem, ainda, quaisquer outros custos para colocar os ativos no local e em condição necessária para que este esteja em condições de operar da forma pretendida pela Administração e os custos de financiamentos sobre ativos qualificáveis.

No caso de substituição de componentes do ativo imobilizado, o novo componente é registrado pelo custo de aquisição (reposição) caso seja provável que traga benefícios econômicos para a Companhia e se o custo puder ser mensurado de forma confiável, sendo baixado o valor do componente repostado. Os custos de manutenção e reparos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Os custos e juros sobre financiamentos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são capitalizados. Os custos de financiamentos são reconhecidos no resultado com base no método linear em relação às vidas úteis dos ativos fixos a que pertencem.

Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

O reconhecimento da depreciação no resultado baseia-se no método linear, considerando as vidas úteis estimadas de cada parte do ativo imobilizado. Este método foi adotado por refletir mais adequadamente o padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

No exercício de 2023, as vidas úteis dos ativos imobilizados foram revisadas por meio de estudos realizados por consultores externos, cujo objetivo era avaliar a vida útil dos bens através da recuperação dos fluxos de caixa das operações futuras. As cotas de depreciação dos bens foram recalculadas a partir do valor contábil em janeiro de 2023 e vidas úteis remanescentes. Os ajustes das diferenças entre os valores contabilizados ao longo do exercício de 2023 (janeiro a dezembro) foram registrados cumulativamente no mês de dezembro.

Por se tratar de mudança de estimativa, nos moldes do Pronunciamento Técnico CPC 23 -Políticas Contábeis, Mudanças de estimativas e Retificação de erro, os impactos das revisões das vidas úteis foram reconhecidos prospectivamente nas demonstrações financeiras. O impacto positivo ocasionado por esta mudança de estimativa foi de R\$ 878 mil no resultado do exercício de 2023.

A Administração avalia os prazos de autorização dos parques em face das taxas obtidas, aplicadas ao restante da vida útil dos ativos imobilizados, no intuito de assegurar que as vidas úteis remanescentes dos ativos não sejam superiores aos prazos de autorização dos parques eólicos.

Unidade de geração eólica – Pás	25 anos
Unidade de geração eólica – Gerador	30 anos
Unidade de geração eólica – Gearbox e mainshaft	20 anos
Unidade de geração eólica – Poste e torre	35 anos
Unidade de geração eólica – Transformador	40 anos
Construção e benfeitorias	50 anos
Máquinas e equipamentos (geral)	26 anos
Móveis e utensílios	10 anos

Os ganhos e as perdas na alienação e/ou baixa de um ativo imobilizado são apurados pela comparação dos recursos advindos da alienação com o valor contábil do bem e são reconhecidos líquidos, dentro de despesas gerais e administrativas, na rubrica “Outros”.

Eólica Pedra do Reino S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

a. Composição do ativo imobilizado

Os valores dos ativos imobilizados estão compostos da seguinte forma:

	Vida útil	2023			2022
		Custo	Depreciação	Valor líquido	Valor líquido
Imobilizado em andamento		285	-	285	98
Máquinas e equipamentos	26 anos	136.121	(59.114)	77.007	81.569
Edificações, obras civis e benfeitorias	50 anos	1.220	(440)	780	809
Móveis e utensílios	10 anos	53	(29)	24	28
Equipamentos e processamento de dados	5 anos	23	(11)	12	14
Total		137.702	(59.594)	78.108	82.518

Os ativos imobilizados da Companhia são dados em garantia em face dos financiamentos contraídos, conforme nota explicativa 10.

c. Movimentações do ativo imobilizado

	Saldo em 2022	Adição	Transferências	Depreciação	Saldo em 2023
Imobilizado em andamento	98	280	(93)	-	285
Máquinas e equipamentos	81.569	-	90	(4.652)	77.007
Edificações, obras civis e benfeitorias	809	-	1	(30)	780
Móveis e utensílios	28	-	-	(4)	24
Equipamentos e processamento de dados	14	-	2	(4)	12
Total	82.518	280	-	(4.690)	78.108

	Saldo em 2021	Adição	Transferências	Depreciação	Saldo em 2022
Imobilizado em andamento	95	9	(6)	-	98
Máquinas e equipamentos	87.073	-	-	(5.504)	81.569
Edificações, obras civis e benfeitorias	850	-	-	(41)	809
Móveis e utensílios	32	-	(4)	-	28
Equipamentos e processamento de dados	7	-	10	(3)	14
Total	88.057	9	-	(5.548)	82.518

Eólica Pedra do Reino S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9 Fornecedores

Os fornecedores são obrigações a pagar por encargos de materiais e serviços adquiridos ou utilizados no curso normal dos negócios. Inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado. Os valores da conta fornecedores são formados pelos valores das notas fiscais e também através de provisões diversas.

As provisões são reconhecidas em virtude de um evento passado, quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for mais provável do que não provável a exigência de um recurso econômico para liquidar essa obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo.

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Fornecedores partes relacionadas	5.890	4.317
Materiais e serviços	1.068	546
Provisão com despesas de manutenção	54	111
Seguros	144	329
Total	<u>7.156</u>	<u>5.303</u>

10 Financiamentos

As dívidas da Companhia são compostas por recursos captados, principalmente, através de financiamentos bancários. As dívidas são inicialmente registradas pelo valor justo, que normalmente reflete o valor recebido, líquido dos custos de transação (custos diretos de emissão) e dos eventuais pagamentos. Subsequentemente, as dívidas são reconhecidas pelo custo amortizado.

a. Composição do saldo de financiamentos

Financiamentos	Taxa de juros	Vencimento	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Financiamentos BNB	2,5% a.a	Mai/2032	36.722	39.268
Financiamentos BNDES	2,02% a.a. + TJLP	Out/2029	15.067	17.474
Total			<u>51.789</u>	<u>56.742</u>
Circulante			5.691	5.426
Não circulante			46.098	51.316

b. Movimentação dos financiamentos

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Saldo em 1º de janeiro	<u>56.742</u>	<u>61.662</u>
Juros incorporados a dívida	2.498	2.544
Custo de captação incorrido	21	20
Juros pagos	(2.267)	(2.507)
Amortização do principal	(5.205)	(4.977)
Saldo em 31 de dezembro	<u>51.789</u>	<u>56.742</u>

Eólica Pedra do Reino S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

c. Obrigações contratuais - Covenants

Os referidos contratos possuem cláusulas restritivas, as quais são acompanhadas pela Companhia, como algumas destacadas a seguir:

- Receber a receita decorrente da prestação de serviços de geração exclusivamente em uma “Conta Centralizadora” aberta para tal fim.
- Manutenção, até o vencimento do contrato, das seguintes contas reservas: Conta Reserva do serviço da dívida, conta reserva de O&M e conta reserva especial.
- Não firmar contratos de mútuo com seus acionistas nem assumir novas dívidas sem prévia autorização do BNDES e/ou BNB, a não ser a emissão de debêntures previstas em contrato.
- Não constituir, sem prévia autorização do BNDES e BNB, penhor ou gravame sobre os direitos creditórios dados em garantia
- Não realizar, sem prévia e expressa autorização do BNDES e BNB, distribuição de dividendos, nem pagamento de juros sobre o capital próprio, cujo valor, isolada ou conjuntamente, seja superior ao percentual estabelecido no §2º do art. 202 da Lei nº 6.404/76.
- Manter durante toda a vigência do contrato ICSD igual ou maior que 1,30.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia cumpriu todas as exigências contratuais qualitativas e quantitativas.

d. Cronograma de amortização

Os fluxos de pagamentos dos financiamentos estão apresentados no quadro a seguir:

Ano	2023
2024	5.691
2025	5.645
2026	5.851
2027	6.062
2028 a 2032	28.540
Total	51.789

e. Garantias

As garantias dos financiamentos são usuais para estrutura de financiamento de projetos. Os contratos de financiamento têm como garantias, cessão fiduciária de direitos de crédito decorrentes de qualquer contrato de venda de energia, penhor das ações e penhor dos equipamentos, incluindo contas reservas, cessão dos direitos creditórios e emergentes da autorização e alienação das máquinas e equipamentos.

11 Tributos a recolher

	2023	2022
PIS	16	12
COFINS	75	54
Outros impostos	4	-
Parcelamentos de tributos federais	1.371	1.761
Total	1.466	1.827
Circulante	484	662
Não circulante	982	1.165

Eólica Pedra do Reino S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Abaixo seguem as movimentações dos parcelamentos:

	2023	2022
Saldo inicial	1.761	2.695
Parcelamentos celebrados	-	-
Juros incorridos	225	40
Pagamento de principal e juros	(615)	(529)
Outras movimentações	-	(445)
Saldo final	1.371	1.761
Circulante	389	596
Não circulante	982	1.165

12 Provisão para desmobilização

As provisões para desmobilização são reconhecidas pela Companhia que, ao final do prazo contratual de arrendamento, têm a obrigação de restituir as terras nas condições anteriores à implementação dos parques eólicos. Estas provisões são mensuradas com base na estimativa dos custos relacionados à desmontagem dos aerogeradores, locação de guias, transporte dos itens a serem descartados, mão de obra para a desmontagem e a destinação final dos itens descartados, sendo reconhecidas a valor presente de acordo com taxa de desconto nominal de 9,12% a.a. (8,93% a.a. em 31 de dezembro de 2022). O valor presente da obrigação com desmobilização é calculado com base no custo unitário para desmobilização de cada aerogerador, multiplicado pelo número de aerogeradores presentes no parque eólico. A Companhia reconhece no resultado o ajuste a valor presente em relação ao fluxo de caixa futuro como custo de financiamento.

Em atendimento ao CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e ao ICPC 12 - Mudanças em Passivos por Desativação, Restauração e Outros Passivos Similares, a Companhia revisou suas estimativas relacionadas ao valor futuro para cumprir com a respectiva obrigação e reconheceu em contrapartida do custo do ativo de direito de uso um montante de R\$ 4.655 na provisão, decorrente da atualização das premissas de mercado por meio de estimativas de custos realizadas por terceiros especializados.

Em 31 de dezembro de 2023, o montante estimado para o custo de desmobilização de ativos, atualizado a valor presente, foi de R\$ 8.609 (R\$ 3.633 em 31 de dezembro de 2022).

	2023	2022
Saldo em 1º de janeiro	3.633	1.828
Ajuste a valor presente	321	265
Remensuração	4.655	1.540
Saldo em 31 de dezembro	8.609	3.633

13 Outras contas a pagar

	2023	2022
Redução de capital – nota explicativa 21	3.039	18.028
Outras contas a pagar	57	-
Total	3.096	18.028

14 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2023, o capital social subscrito e integralizado é de R\$ 34.896 (R\$ 22.260 em 31 de dezembro de 2022) e está representado por 36.154.427 ordinárias nominativas e sem valor nominal (21.562.988 ações em 31 de dezembro de 2022).

Eólica Pedra do Reino S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 30 de junho de 2023, através de aprovação da Assembleia Geral Extraordinária (AGE) houve aumento de capital no montante de R\$ 661 com entrada de recursos em caixa e equivalentes de caixa e em 27 de outubro de 2023, houve um aumento de R\$ 2.449 com impacto no caixa e equivalentes de caixa.

Em 29 de dezembro de 2023, foi constituído um aumento de capital de R\$ 9.526, com a utilização dos valores de reserva de retenção de lucros.

b. Dividendos

Dentre as principais determinações do contrato social, estão destacadas que em cada exercício será realizada distribuição mínima de 25%, a título de dividendos mínimos obrigatórios, ajustados nos termos da Lei, quando aplicável.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia efetuou a provisão de dividendos mínimos obrigatórios no montante de R\$ 3.537 (R\$ 3.269 em 31 de dezembro de 2022) e deliberou a distribuição de dividendos adicionais no valor total de R\$ 10.284 através da reserva de retenção de lucros constituída.

c. Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Para 31 de dezembro de 2023 o valor constituído para reserva legal foi de R\$ 745 (R\$ 688 em 31 de dezembro de 2022).

d. Reserva de retenção de lucros

É destinada à aplicação em investimentos ou distribuição aos acionistas desde que, autorizada pelos credores dos financiamentos, conforme proposta no orçamento previamente aprovado na Assembleia Geral. Em 31 de dezembro de 2023, foi destinado o montante de R\$ 10.610 (R\$ 9.808 em 31 de dezembro de 2022) para a reserva de retenção de lucros.

e. Reserva de incentivo fiscal

É constituída em decorrência do incentivo fiscal recebido através da SUDENE. Não foram constituídas novas reservas no exercício de 2023.

15 Receita operacional líquida

A receita operacional advinda do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando representar a transferência de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

O CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco passos: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato; e (v) reconhecimento da receita se e quando a Companhia cumprir as obrigações de desempenho.

Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia gerada e com preços especificados nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso.

A energia produzida nas transações de geração e venda de energia da Companhia é registrada na CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica) e é classificada em:

- (i) ACR (Ambiente de Contratação Regulado) - Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no ambiente Regulado.

Eólica Pedra do Reino S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os contratos da Companhia possuem características similares, descritas a seguir:

- (i) Quantidades de energia por MWh mensais determinadas, ou seja, a Companhia tem a obrigação de entregar a energia contratada aos seus clientes;
- (ii) Preços fixos da energia por MWh durante toda vigência do contrato;
- (iii) As obrigações de desempenho são atendidas mensalmente através da entrega da energia, uma vez que é dessa forma que os contratos são firmados e controlados;
- (iv) Sem histórico de inadimplência, ou seja, o recebimento da contraprestação da obrigação de desempenho não é afetado em função do risco de crédito.

Para os contratos negociados no ACR, os valores de geração excedente ou deficitária são reconhecidos com a mecânica abaixo:

Geração excedente: Toda geração de energia produzida acima das quantidades mensais contratadas conforme estipuladas pelos contratos CER são reconhecidos no mês de competência conforme metodologia de cálculo estabelecida em cada contrato, esses valores são divididos em excedentes quadrienais e anuais. São considerados excedentes quadrienais quando a geração acumulada atingir entre 100% e 130% da quantidade de energia contratada e excedentes anuais quando a geração acumulada ultrapassar 130% da quantidade de energia contratada.

Geração deficitária: Toda geração de energia produzida abaixo das quantidades mensais contratadas conforme estipuladas pelos contratos CER são reconhecidos no mês de competência conforme metodologia de cálculo estabelecida em cada contrato, esses valores são divididos em ressarcimentos quadrienais e anuais. São considerados ressarcimentos quadrienais quando a geração acumulada estiver entre o 90% e 100% da quantidade de energia contratada e ressarcimentos anuais quando a geração acumulada for inferior a 90% da quantidade de energia contratada.

A Companhia considera que tal contraprestação é uma parcela variável prevista no contrato, conforme determinado pelo CPC 47 - Receita de contrato com cliente, no qual, a entidade deve estimar o valor da contraprestação à qual a entidade terá direito em troca da transferência dos bens ou serviços prometidos ao cliente, à medida em que for altamente provável que uma reversão significativa no valor das receitas acumuladas não deva ocorrer. A Companhia mensura a contraprestação variável nos referidos contratos pelo método do valor mais provável.

Pis e Cofins

O Pis e a Cofins são calculados com base no regime cumulativo, ou seja, aplicando os percentuais estabelecidos pela legislação tributária sobre a receita operacional da Companhia. A alíquota para o Pis é de 0,65% sobre a receita operacional e para a Cofins 3,65%.

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Receita bruta de energia elétrica (a)	31.233	29.648
Outras receitas (b)	1.488	687
Total	<u>32.721</u>	<u>30.335</u>
Volume gerado em MWh	95.543	93.647
PIS	(203)	(217)
COFINS	(937)	(1.000)
Deduções da receita	<u>(1.140)</u>	<u>(1.217)</u>
Receita operacional líquida	<u>31.581</u>	<u>29.118</u>

(a) A receita bruta de energia elétrica representa a venda de geração de energia própria no ambiente de contratação regulada (ACR)

(b) Reconhecimento de créditos dos fornecedores de manutenção dos aerogeradores, onde, cláusulas contratuais estabelecem que, ocorrendo disponibilidade do aerogerador abaixo do índice estipulado em contrato o fornecedor tem a obrigação de ressarcir a Companhia. A Companhia considera esta receita como operacional por estar diretamente relacionada à capacidade e atividade de geração de energia.

Eólica Pedra do Reino S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Abaixo demonstramos a segregação de receita bruta por tipo de contrato:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
CER (a) – LER	31.239	29.648
CCEAR (b)	(6)	-
Total	<u>31.233</u>	<u>29.648</u>

(a) Contratos de Energia de Reserva

(b) Contrato de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado.

16 Custo de operação

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Depreciação e amortização de direito de uso	(4.903)	(5.548)
Engenharia e gestão de processos O&M	(3.996)	(2.510)
Encargos de conexão e Transmissão	(1.535)	(1.500)
Gastos com pessoal	(1.352)	(1.326)
Serviços de terceiros	(812)	(628)
Seguros	(486)	(438)
Outros custos (a)	(722)	(531)
Total	<u>(13.806)</u>	<u>(12.481)</u>

(a) Referem-se a impostos, taxas e alvarás diversos, locação e aluguéis, materiais e demais custos, líquido de reversões

17 Despesas gerais e administrativas

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Gastos com pessoal	(400)	(612)
Serviços de terceiros	(192)	(431)
Outros	(164)	(170)
Total	<u>(756)</u>	<u>(1.213)</u>

18 Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras da Companhia. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre financiamentos, custos de financiamentos, fianças e comissões bancárias, IOF e juros sobre arrendamento. As que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, são reconhecidas no custo desses ativos, as demais são reconhecidas no resultado do exercício. Em ambos os casos são mensuradas através do método de juros efetivos.

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Rendimento de aplicação	4.625	3.063
Juros diversos	-	405
Outras receitas	-	46
Receitas financeiras	<u>4.625</u>	<u>3.514</u>
Juros sobre e financiamentos	(2.498)	(2.544)
Juros diversos	(208)	-
Ajuste a valor presente da provisão para desmobilização	(321)	(265)
Despesa captação de financiamentos	(21)	(20)
Juros sobre arrendamento	(201)	(322)
Outras despesas financeiras	(454)	(48)
Despesas financeiras	<u>(3.703)</u>	<u>(3.199)</u>

Eólica Pedra do Reino S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19 Imposto de renda e contribuição social

A Companhia executa atividades de geração de energia e opta pelo regime de tributação Lucro Presumido. A base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social é calculada à razão de 8% e 12%, respectivamente, sobre a receita bruta proveniente da venda de energia eólica e a razão de 100% sobre as receitas financeiras as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescida em 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 (base anual) para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social correntes do exercício de 31 de dezembro de 2023 foi de R\$ 3.017 (R\$ 1.973 em 31 de dezembro de 2022). O quadro abaixo demonstra as apurações e a reconciliação da alíquota efetiva, com base no lucro presumido:

	2023	
	Imposto de Renda	Contribuição Social
Lucro presumido		
Receita de operações com energia elétrica	31.233	31.233
Alíquota de presunção	8%	12%
Lucro presumido	2.499	3.748
Demais receitas	6.114	6.114
Base de cálculo	8.613	9.862
Alíquota nominal	15%	9%
IRPJ e CSLL antes das deduções	1.292	888
Base de adicional do IRPJ	8.373	-
Adicional de IRPJ (10%)	837	-
Corrente	2.129	888
Alíquota efetiva	6,8%	2,8%
	2022	
	Imposto de Renda	Contribuição Social
Receitas de operações com energia elétrica	29.648	29.648
Alíquota de presunção	8%	12%
Lucro presumido	2.372	3.558
Demais receitas	3.188	3.188
Base de cálculo	5.560	6.746
Alíquota nominal	15%	9%
IRPJ e CSLL antes das deduções	834	607
Base de adicional do IRPJ	5.320	-
Adicional de IRPJ (10%)	10%	-
Corrente	1.366	607
Alíquota efetiva	4%	2%

20 Provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas

A Companhia é parte de processos judiciais e administrativos, para os quais são constituídas provisões quando é provável uma saída de recursos para liquidar a contingência e uma estimativa razoável possa ser realizada. Os passivos avaliados como risco possível e remoto não são provisionados, sendo que, os processos avaliados como risco possível são divulgados em notas explicativas.

A probabilidade de saída de recursos é baseada em avaliação e qualificação dos riscos. Essa avaliação é embasada pelo julgamento e pela experiência da Administração da Companhia, juntamente com seus assessores jurídicos, considerando as jurisprudências, as decisões em instâncias iniciais e superiores, o histórico de eventuais acordos e decisões, bem como outros aspectos aplicáveis. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia e suas controladas, com base nessa avaliação, não julgou necessário constituir provisão, considerando que não há perdas prováveis estimadas com as ações processuais em curso.

Não existem outras contingências passivas envolvendo questões tributárias, cíveis e trabalhistas avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível.

Eólica Pedra do Reino S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21 Partes relacionadas

Os principais saldos de passivos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, bem como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios estão descritas abaixo:

a. Valores a pagar

Passivo	2023	2022
Echoenergia Participações S.A. (a)		
Dividendos a pagar	6.806	3.269
Contas a pagar sobre redução de capital	3.039	18.028
Fornecedores partes relacionadas	5.890	4.317
Total	15.735	25.614

b. Resultado

Resultado	2023	2022
Compartilhamento de custos (a)	(761)	(847)
Compartilhamento de despesas (a)	(617)	(1.169)
Total transações no resultado	(1.378)	(2.016)

(a) A Companhia possui contrato de compartilhamento de despesas e custos a pagar com a Controladora Echoenergia Participações S.A. O critério de rateio se dá com base na receita de cada Companhia participante do contrato em relação ao total de receita consolidada da controladora. O saldo em aberto possui expectativa de liquidação em 2024. Os principais gastos compartilhados são:

- Custos com pessoal, tecnologia da informação e comunicação;
- Despesas legais e advocatícias e seguros.

a. Remuneração dos administradores

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os administradores não receberam remuneração nem benefícios da Companhia nas categorias de: a) benefícios de longo prazo; b) benefícios de rescisão de contrato de trabalho; c) benefícios de pós emprego; e d) remuneração baseada em ações. Os administradores da Companhia são remunerados pela controladora Echoenergia Participações S.A, a qual repassa as respectivas remunerações, guardando o critério de proporcionalidade estabelecido para a Companhia por meio de contrato firmado com a Companhia.

Adicionalmente, os diretores da Companhia não mantêm nenhuma operação de empréstimos, adiantamentos e outros saldos esporádicos de transações com a Companhia

22 Instrumentos financeiros

Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação em que a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. As classificações dos ativos financeiros no momento inicial são como segue:

Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . As receitas de juros, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Eólica Pedra do Reino S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Técnicas de avaliação dos instrumentos financeiros mensurados a valor justo

Fundos vinculados e aplicações financeiras

O valor justo é determinado com base na aplicação do percentual do índice atrelado ao respectivo ativo financeiro, taxa (DI), considerando o risco de crédito da instituição na qual os recursos estão aplicados.

Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de financiamentos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

Passivos financeiros

Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. As classificações dos passivos financeiros são como seguem:

- **Mensurados pelo valor justo por meio do resultado:** são os passivos financeiros que sejam:
 - (i) mantidos para negociação no curto prazo,
 - (ii) designados ao valor justo com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas a fim de se obter informação contábil mais relevante e consistente;
 - (iii) derivativos.

Estes passivos são registrados inicialmente pelos respectivos valores justos, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício e, para qualquer alteração na mensuração subsequente dos valores justos que seja atribuível a alterações no risco de crédito do passivo, se houver, que deve ser registrada contra outros resultados abrangentes.

A Companhia não possui passivos financeiros classificados nessa categoria.

Eólica Pedra do Reino S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- **Mensurados subsequentemente ao custo amortizado:** são os demais passivos financeiros que não se enquadram na classificação acima. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzido de quaisquer custos atribuíveis à transação e, posteriormente, registrados pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva de juros.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de compensação dos valores e haja a intenção de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

As classificações dos instrumentos financeiros (ativos e passivos) estão demonstradas na nota abaixo.

Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia não celebrou contrato de instrumentos financeiros derivativos.

A Companhia possui operações com instrumentos financeiros. O gerenciamento desses instrumentos financeiros é feito por meio de monitoramento e controles internos que visam mitigar os riscos advindos desses instrumentos financeiros. A Controladora final da Companhia Echoenergia Participações S.A possui um comitê, instaurado permanentemente que tem por finalidade analisar todos os fatores internos e externos que possam aumentar o risco de crédito, cambial e de liquidez atrelados as operações com instrumentos financeiros. As atividades relacionadas a gestão e monitoramentos dos riscos envolvem principalmente o acompanhamento da evolução das taxas de juros que podem impactar tanto os fluxos de caixa da Companhia bem como o valor de mercado dos instrumentos financeiros, o risco de crédito de seus ativos financeiros, e o monitoramento regular das cláusulas de covenants. As projeções e acompanhamento dos fluxos de caixa da Companhia são monitoradas semanalmente com vistas a garantir o cumprimento das obrigações financeiras e de liquidez da Companhia.

A Companhia não efetuou operações com instrumentos financeiros derivativos.

Classificação dos instrumentos financeiros

		2023		2022	
	Nota	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado
Ativos financeiros					
Bancos	5.a	646	51	348	412
Fundos vinculados	5.b	-	28.906	-	36.707
Contas a receber	6	14.929	-	13.045	-
Passivos financeiros					
Fornecedores	9	7.156	-	5.303	-
Financiamentos	10	51.789	-	56.742	-

Valor justo dos instrumentos financeiros

		2023		2022		
	Nota	Nível (a)	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Bancos e aplicações financeiras	5.a	Nível 2	697	697	760	760
Contas a receber	6	Nível 2	14.929	14.929	13.045	13.045
Fundos vinculados	5 b	Nível 2	28.906	28.906	36.707	36.707
Fornecedores	9	Nível 2	7.156	7.156	5.303	5.303
Financiamentos	10	Nível 2	51.789	51.789	56.742	56.742
Total			103.477	103.477	112.557	112.557

(a) A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação.

Nível 1 - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 - outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente, e

Nível 3 - técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Eólica Pedra do Reino S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

23 Gerenciamento de riscos

A Administração é responsável pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar, analisar e definir limites e controles apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites.

Risco operacional

O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimento esperado relacionado ao parque eólico.

Visando a mitigação do risco operacional a Companhia gerencia o risco operacional da seguinte maneira:

- Profissionais altamente treinados e capacitados.
- Contratos robustos de operação e manutenção.
- Processos sólidos e bem definidos.
- Análises diárias, semanais, mensais da capacidade operacional, bem como dos fatores internos e externos atrelados à operação.
- Acompanhamento dos sistemas de gestão e aplicação das políticas de Meio Ambiente, Saúde e Segurança.
- Centro de controle operacional de alta tecnologia.
- Monitoramento de matriz de risco.
- Gestão do relacionamento com a comunidade.

Risco de crédito

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras e contas a receber é administrado pela tesouraria bem como por um Comitê permanente da Companhia de acordo com as políticas por estes estabelecidas. Os recursos excedentes de caixa e equivalentes de caixa são investidos apenas em instituições financeiras autorizadas, com rating AAA, em acordo com a política aprovada pela Administração, respeitando limites de crédito definidos, os quais são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. As vendas de energia que geram contas a receber da Companhia são pactuadas somente com clientes com capacidade de liquidez e por meio de robustas garantias financeiras. Abaixo são demonstrados os saldos contábeis suscetíveis ao risco de crédito:

	Nota	2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa	5.a	697	760
Fundos vinculados	6	28.906	36.707
Contas a receber	5 b	14.929	13.045
Total		44.532	50.512

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia possui ativos financeiros representados por caixa que resultam diretamente das integralizações dos acionistas. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros remanescentes na data de reporte. Esses valores são brutos e não-descontados, e incluem pagamentos de juros estimados e excluem o impacto dos acordos de compensação.

Eólica Pedra do Reino S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Fluxos de caixa contratuais					
	Valor contábil	Fluxos de caixa futuros	Até 12 meses	Entre 1 a 2 anos	Entre 2 a 5 anos	Mais que 5 anos
2023						
Fornecedores	7.156	(7.156)	(7.156)	-	-	-
Financiamentos	51.789	(51.789)	(5.691)	(5.645)	(18.196)	(22.257)
Arrendamentos	1.992	(1.992)	(20)	(22)	(80)	(1.870)
Total	60.937	(60.937)	(12.867)	(5.667)	(18.276)	(24.127)

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Administração da Companhia não efetua investimentos em ativos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado.

Risco de preço na venda de energia elétrica

A Companhia vende energia no Ambiente de Contratação Regulado - ACR. No ACR, a venda se dá por meio de contratos provenientes de leilões, cujos preços são pré-determinados, corrigidos por um determinado índice inflacionário. Nesse ambiente, o risco às variações do preço de mercado e ao Preço de Liquidação das Diferenças (PLD) decorrem dos ajustes de balanço energético, quando a geração é diferente do compromisso contratual de entrega de energia, liquidados no curto prazo pela CCEE, conforme regras de cada contrato e suas bandas. Parcela substancial do compromisso de entrega de energia está vinculada aos contratos regulados, o que reduz a exposição da Companhia à variação de preços.

Riscos e taxas de juros

A Companhia entende que os riscos de taxa de juros estão ligados a possibilidade de perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

Análise de sensibilidade

Em atendimento ao item 40 do CPC 40 – Instrumento Financeiros Evidenciação, a Companhia efetua a análise de sensibilidade de seus instrumentos financeiros.

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia em função da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir estão apresentados todos os instrumentos financeiros da Companhia que estão expostos à indexadores, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário provável adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas de relatórios de mercado, com 25% e 50% de aumento do risco.

Variação das taxas de juros e índices	2023	Sensibilidade				
		Provável	+ 25%	+ 50%	- 25%	- 50%
TJLP (a)	7,00%	6,70%	8,38%	10,05%	5,03%	3,35%
Risco de redução das taxas de juros e índices						
CDI (c)	11,87%	11,87%	14,84%	17,81%	8,90%	5,94%

Eólica Pedra do Reino S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Risco de aumento (passivo)	Índice	Saldos em 2023	Sensibilidade				
			Provável	+ 25%	+ 50%	- 25%	- 50%
Financiamentos	TJLP	51.789	55.259	56.126	56.994	54.392	53.524
Impacto no resultado			3.470	867	1.735	(867)	(1.735)
Risco de redução (ativo)							
Aplicações financeiras e fundos vinculados	CDI	28.957	32.394	33.253	34.113	31.535	30.675
Impacto no resultado			3.437	859	1.719	(859)	(1.719)

(a) Taxa de juros de longo prazo – Fonte: Projeções Bradesco Longo Prazo.

(b) Certificado de Depósito Interbancário – Fonte: Projeções Bradesco Longo Prazo.

24 Compromissos contratuais e garantias

Compromissos futuros

A seguir são divulgados os principais compromissos da Companhia para os anos subsequentes.

	2024	2025	2026	2027 a 2037
(CUST / CCT) (a)	1.469	1.469	1.469	16.164
Contratos de (O&M) (b)	3.828	3.965	4.049	8.454
Total	5.297	5.434	5.518	24.618

a. Encargos devido ao uso do sistema de transmissão (CUST/CCT)

Durante toda a operação dos projetos, a Companhia irá incorrer com gastos referentes aos encargos por uso do sistema de transmissão, objeto dos Contratos de Uso do Sistema de Transmissão (CUST) e Contratos de Conexão (CCT) para empreendimentos conectados na rede de transmissão.

Para o ano de 2023 os encargos foram calculados considerando as tarifas vigentes para o ciclo tarifário 2023/2024 (julho/23 a junho/24) para projetos conectados na rede de transmissão, sem a utilização de correção/reajuste nas tarifas para os meses.

Para os anos a partir de 2024 os encargos também foram calculados considerando as tarifas vigentes para o ciclo tarifário 2023/2024.

b. Contratos de Operação e Manutenção (O&M)

A Companhia possui contratos com fornecedores para manutenção dos aerogeradores.

25 Cobertura de seguros

Por estar exposta a possíveis sinistros em suas atividades operacionais e administrativas, a Companhia adota uma política de contratação de seguros e garantias financeiras a fim de garantir o funcionamento de suas operações, que estão sujeitas a (i) impactos negativos externos e falhas operacionais e (ii) eventuais reflexos de danos que impactam terceiros.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras, e, conseqüentemente, não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

Eólica Pedra do Reino S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

26 Informações complementares ao fluxo de caixa

O CPC 03 (R2) – Demonstrações de Fluxo de Caixa, em sua revisão, estabeleceu que as transações de investimentos e financiamentos que não envolvem o uso de caixa e equivalentes de caixa devem ser excluídas das demonstrações de fluxo de caixa e apresentadas separadamente em nota explicativa.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foram realizadas as seguintes transações que não envolveram caixa ou equivalentes de caixa:

	Nota	<u>2023</u>
Atividades de financiamento		
Arrendamentos	7	4.655
Dividendos a pagar	21	<u>13.821</u>
Total das atividades de financiamento		18.476
Total		<u>18.476</u>

27 Outros assuntos

Reforma tributária

O Senado Federal aprovou, em 8 de novembro de 2023, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 45/2019 em dois turnos, contemplando alterações importantes em relação ao conteúdo recebido da Câmara dos Deputados.

A PEC visa simplificar o atual sistema brasileiro tributário e transformar cinco tributos em três, sendo dois Impostos sobre Valor Agregado (IVA) e um Imposto Seletivo, reorganizando sobretudo os tributos que incidem sobre bens e consumo.

As alterações não apresentam, até o presente momento, impactos contábeis a serem reconhecidos pela Companhia, a qual seguirá monitorando as discussões e possíveis necessidade de adequações operacionais.

Medida Provisória nº 1.185 – Reflexo tributário das Subvenções para Investimento

Em 20 de dezembro de 2023, o Senado Federal aprovou a Medida Provisória (“MP”) nº 1.185, que dispõe sobre o crédito fiscal decorrente de subvenção para a implantação ou a expansão de empreendimento econômico, e revoga o artigo 30 da Lei Federal nº 12.973/2014.

A MP em questão trouxe uma série de mudanças e requerimentos que precisam ser atendidos para que sejam tomados os créditos tributários relacionados as subvenções e deve produzir efeitos a partir de 1º de janeiro de 2024.

A Companhia avaliou os efeitos reflexos desta decisão e não identificou aplicação direta ou reflexa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023.